

O ocaso do Estado-nação

Visto do espaço, nosso planeta apresenta-se azulado, envolto por uma fina película de vida, a biosfera. Dentro dela existem os microrganismos, as plantas, os animais e a espécie humana. Esta última foi se organizando territorialmente até formar, ao longo de séculos de violência e evolução política, diversos Estados-nação, cujas fronteiras nacionais não são perceptíveis do espaço mas são onipresentes no planeta. Não existe um centímetro da Terra, salvo nas regiões polares e nos oceanos, que não esteja marcado e ocupado pela autoridade estatal. No começo do século XXI existem mais de 185 Estados-nação e é provável que esse número continue a aumentar. Este tipo de organização política ainda é o ideal a que aspiram inúmeras comunidades humanas, para se diferenciarem entre si, alcançarem segurança e prosperidade e serem afores internacionais soberanos. Em busca do Estado-nação a espécie humana tem dado, no curso da história, incomparáveis exemplos de heroísmo, altruísmo e criatividade, mas também de cinismo, crueldade, destruição humana e ecológica.

O Estado-nação, como hoje o conhecemos, é o produto final de quatrocentos anos de evolução do pensamento político ocidental. Sua legitimidade reside nas disquisições renascentistas sobre a razão de ser das Cidades-Estado de Nicolau Maquiavel e, sobretudo, nas de Thomas Hobbes. Este fez na sua época a melhor argumentação em favor da necessidade de uma autoridade central suprema, que liberte o homem de seu estado natural, de ser lobo do homem, e que lhe outorgue segurança. Hobbes comparou essa autoridade suprema ao Leviatã, aquele monstro bíblico descrito no Livro de Jó, a cuja potência nada se compara. Desde então, o Leviatã tomou-se o ídolo de um novo culto civil, a razão de Estado, à qual têm sido oferecidos infindáveis sacrifícios humanos ao longo dos últimos séculos. O culto ao Leviatã admitiu um grande leque de ritos, do absolutismo monárquico à democracia, passando pelos totalitarismos nazi-fascista e comunista.

O absolutismo dos monarcas europeus foi a encarnação humana do Leviatã. Durante o século XVI, os monarcas ampliaram seu poder soberano em detrimento de senhorios, condados, ducados, cidades livres e em geral de todas as autoridades feudais, impondo um sistema de recrutamento para os exércitos reais, aplicando um sistema tributário centralizado, cunhando moeda, criando o tesouro público e estabelecendo o germe do que viria a ser a moderna burocracia estatal.

O constante guerrear sob bandeira e emblemas reais, a hegemonia de uma língua comum sobre o latim e os dialetos e a adoção, em todos os reinos europeus, da religião cristã em suas versões católica ou protestante, contribuíram para a identidade da população com a monarquia e fortaleceram definitivamente o Estado, conferindo-lhe as conotações do atual Estado-nação. O Tratado de Westfália, de 1648, pôs fim a trinta anos de guerras de religião entre as monarquias euro peias e estabeleceu os atributos clássicos do Estado-nação moderno à semelhança dos atributos do monarca. Desde então, os Estados são soberanos e iguais, como o eram os reis entre si. Não existia autoridade nem entidade alguma por cima deles. Todos são Leviatãs e, portanto, potências supremas, soberanas, iguais e independentes. Luís XIV da França e Frederico o Grande da Prússia hão de personificar, mais tarde, essa soberania absoluta, circundados de enormes burocracias e grande poder militar.

A independência dos Estados Unidos em 1776 deu início ao despojamento do monopólio da soberania concentrado nas mãos das monarquias. Esta revolução criou as bases do culto ao Estado sob o rito republicano democrático e o respeito aos direitos civis e políticos dos indivíduos. Mais tarde, em 1789, a Revolução Francesa também adotou o rito americano de garantir as liberdades individuais, mas, em lugar de atribuir a soberania ao povo, como fez a Constituição dos Estados Unidos, atribuiu-a à Nação, um conceito novo e abstrato elaborado pelo racionalismo francês. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão de 1789 proclamou que nenhum indivíduo poderia exercer autoridade alguma senão emanada da Nação. Mas o que era a Nação? Para Sieyès, a Nação nada mais era que o Terceiro Estado, ou seja, a vontade geral da maioria, como pregara Rousseau.

Os revolucionários franceses não imaginaram as conseqüências totalitárias que a interpretação da vontade geral poderia acarretar. Com efeito, logo depois, o terror jacobino foi muito eficiente interpretando a vontade geral e representando a Nação acima dos indivíduos, especialmente quando se tratava de aristocratas ou

inimigos dos jacobinos. Foi assim que, paradoxalmente, essa exaltação da Nação permitiu aumentar o poder do Leviatã acima dos direitos individuais da pessoa humana. Logo, não é de estranhar que a partir daquele momento tenham surgido interpretações totalitárias ao longo da história, toda vez que a vontade geral da maioria ou da Nação foi confundida com a de uma etnia predominante ou uma classe social predestinada. O Estado nazi e o Estado soviético foram criações perversas que idolatraram a vontade geral, na raça ariana - o primeiro - e na classe proletária - o segundo. Ideologizações inspiradas em Rousseau mas alheias a Jefferson, cuja preocupação essencial, seguindo a tradição anglo-saxã, foi a proteção das liberdades concretas do indivíduo contra os excessos do Leviatã, ou de qualquer abstração política como a Nação.

Não há dúvida de que a revolução industrial na Europa e nos Estados Unidos deu os últimos toques ao Estado-nação moderno, tal como hoje o conhecemos. O desenvolvimento do capitalismo industrial identificou o culto ao Leviatã com a criação de um mercado nacional e com uma inserção vantajosa no mercado internacional. O paradigma de um Estado-nação soberano, integrado e unido não só por fatores étnicos, culturais e religiosos, como também pelo bem-estar material da sua população, espalhou-se pelo planeta acrescentando, dentro do culto ao Leviatã, o rito do progresso económico nacional. A nova religião civil surgida a partir de Hobbes ficou completa ao passar a pregar que a prosperidade e a felicidade pessoais seriam atingidas por meio do crescimento do PIB do Estado-nação. Surgiu assim o mito do progresso e do desenvolvimento que até hoje é perseguido como o Eldorado pela maioria dos países atrasados e subdesenvolvidos que não experimentaram uma autêntica revolução industrial capitalista.

A ilusão de um Estado-nação republicano e democrático que ensejaria o bem-estar e a felicidade do povo nasceu, principalmente, com as revoluções americana e francesa e desde então começou a ser disseminada por todo o mundo. No século XIX, essa ideia acabou com os impérios espanhol e português, dando lugar ao surgimento das novas repúblicas latino-americanas. Depois, no início do século XX e em decorrência da Primeira Guerra Mundial, a ilusão do Estado Nacional destruiu os impérios multinacionais Austro-Húngaro e Otomano e fez surgirem novos Estados nos Bálcãs e no Oriente Médio.

A ilusão do Estado próprio ganhou cada vez mais força a partir de 1919, após o fim da Primeira Guerra Mundial, como resultado dos princípios proclamados por Woodrow Wilson e confirmados nos Tratados de Versalhes sobre o direito de cada nacionalidade a dar-se sua própria organização estatal. A falta de realismo de Wilson despertou o dragão do nacionalismo em todas as suas versões. Depois de Versalhes, todo grupo humano que achava possuir alguma afinidade étnica, cultural e religiosa sentiu-se no direito de ter um Estado, embora não se constituísse numa verdadeira nação nem tivesse meios económicos e tecnológicos para ser viável. O culto ao Leviatã atingira assim seu paroxismo.

O princípio de autodeterminação foi o instrumento político-jurídico dos sonhos nacionalistas do século XX. Da forma como tem sido aplicado, ele supõe que toda elite nacionalista pode ter seu Estado-nação se quiser, sem importar que esse novo Estado seja viável e governável. Basta apenas um reconhecimento internacional. Embora a independência lhe devolva a dignidade a povos dominados e discriminados, ela não necessariamente deu origem a Estados-nação viáveis. O resultado é que, ao findar o século XX, muitos países acham-se em pior situação do que quando eram colónias, e muitos deles prefeririam ser recolonizados.

O culto ao Leviatã próprio e a ideologização do princípio de autodeterminação durante a guerra fria originaram uma proliferação de Estados-nação sem precedentes. Durante essa época, a demagogia demonizou a prudência na aplicação do princípio de autodeterminação, equiparando-a a uma postura pró-colonialista, imperialista ou racista. Qualquer protelação do exercício do direito de autodeterminação gerava, como contrapartida, o direito à guerra de libertação e o dever de ajudar o povo insurgido. Era anatematizada qualquer oposição à avalanche descolonizadora, que tentava reproduzir o modelo do Estado-nação europeu em comunidades humanas desprovidas de conceito de Estado e entidade nacional, e sem burguesia nem mercado nacional para serem governáveis e viáveis. Ao reconhecer essas comunidades como países independentes, os blocos rivais da guerra fria logo cuidaram de acumulá-las de ajuda internacional para garantirem influência sobre os novos Estados. Quando a guerra fria acabou, o valor estratégico desses países se esvaiu, e muitos desses Estados-nação encontram-se hoje abandonados à sua sorte, quase sem ajuda nem tratamento especial como países em desenvolvimento, à mercê de um processo de seleção natural levado adiante pela nova economia global, que precisa cada vez menos de suas matérias-primas e de sua abundante mão-de-obra.

O princípio de autodeterminação da Carta das Nações Unidas foi aplicado durante

a febre descolonizadora sem atentar para os fatores políticos, económicos, sociais e culturais que determinam a governabilidade e a viabilidade de um Estado-nação. Na ONU, a descolonização virou uma postura diplomática quase de propaganda, para fazer boa figura durante a guerra fria. Isto impediu uma aplicação serena e gradual do princípio de autodeterminação, que contemplasse a possibilidade de um processo visando ao autogoverno e à viabilidade económica. As potências coloniais pareciam querer livrar-se logo do ónus sociopolítico explosivo que lhes impunha o movimento anticolonial, mais exaltado pela ideologia nacionalista do que pela exequibilidade de um desenvolvimento económico e social. Aliás, a ideologização da autodeterminação atingiu tamanho grau de irrealismo que prevaleceu a ideia de que não podia haver desenvolvimento sem independência e que, afinal, não importava que um país nascesse pobre, pois a ajuda internacional preencheria a brecha económica com relação às antigas metrópoles. A realidade atual é bem diferente. O desenvolvimento económico e social é apenas um mito distante inculido pelas classes políticas e pelas tecnocracias internacionais nesses países pobres. Ao cabo de cinquenta anos de experimentos em busca do desenvolvimento, e de bilhões de dólares em ajuda, a maioria desses países, longe de estar "em desenvolvimento", continua a aprofundar seu subdesenvolvimento.

A euforia de emancipação - impulsionada muitas vezes pelo nacionalismo tribal e pelos fuzis Kalashnikov - resultou em processos catastróficos de subdesenvolvimento e inviabilidade nacional. A ilusão do Leviatã próprio prevaleceu incontestemente, sem levar em conta se muitas comunidades humanas tinham realmente possibilidade de organizar-se como Estados-nação viáveis. A maioria dos Estados membros das Nações Unidas apoiou essa ilusão, em muitos casos, com automatismo ideológico, sem avaliar as consequências para a estabilidade regional e mundial que acarretaria uma independência sem viabilidade económica. Não foram levadas em consideração, na aplicação do princípio de autodeterminação, as condições mínimas de governabilidade da nova entidade, a sua capacidade de dar bem-estar à sua população, a sua disponibilidade de empresas competitivas, produção de alimentos e energia, bem como a possibilidade de respeitar os direitos humanos. Dezenas de Estados entraram para o exclusivo Clube dos Leviatãs sem condições futuras de governabilidade e viabilidade. Foram reconhecidos como soberanos mas, paradoxalmente, com a ressalva de que necessitavam de ajuda internacional para sobreviver. Contradizendo-se a natureza do Leviatã, esses Estados foram reconhecidos como desiguais ou, em outras palavras, como Quase-Estados-nação não completos, que necessitavam desenvolver-se. O tempo ia provar que esses países não se completariam nem como Estados nem como Nações, e que, em geral, essas entidades subdesenvolvidas não são Leviatãs. A ideia de que o modelo europeu de Estado-nação podia ser reproduzido mostrou-se não apenas falsa mas perigosa para a estabilidade regional e mundial.

Durante a guerra fria todos esses falsos Leviatãs incompletos, chamados de países em desenvolvimento, adquiriram valor estratégico tirando proveito de alguma maneira do conflito Leste-Oeste e conseguindo assim um espaço de manobra, no qual podiam obter ajuda económica ou apoio político de um dos dois blocos para financiar sua inviabilidade. Com isto, o sonho do Estado-nação pôde continuar e entidades sem viabilidade futura conseguiram sobreviver. Hoje, os governantes dos Estados "em desenvolvimento" começam a acordar e a enfrentar a crua realidade do crescimento explosivo de suas populações urbanas na pobreza, da falta de mercado nacional, da escassa produção de alimentos e energia, dos baixos preços de suas matérias-primas e da inexistência de uma situação estratégica que lhes dê margem de manobra para obterem mais ajuda, o perdão do pesado ónus da dívida externa ou um tratamento especial e diferenciado no comércio, nos investimentos ou na propriedade intelectual. Hoje, todos estão obrigados, sob a supervisão do FMI, do Banco Mundial e da Organização Mundial do Comércio (OMC), a inserir-se na economia global quase nas mesmas condições que os países industrializados. A grande maioria desses países pobres e atrasados tecnologicamente não conseguirá resistir à concorrência internacional e suas empresas capitalistas nacionais serão absorvidas ou descartadas como espécies económicas não aptas.

Enfim, a banalização da autodeterminação e a perda do valor estratégico desses países subdesenvolvidos está sendo paga hoje por milhões de jovens desempregados nos países que conseguiram sua independência em meados do século XX. Jovens que, por ironia do destino, só pensam em emigrar para a antiga metrópole colonial, contra a qual se insurgiram seus pais e avós para legar-lhes um Estado-nação. Em vista disso, não surpreende que os habitantes de Porto Rico e da Ilha de Palau, no Pacífico, não desejem tomar-se independentes dos Estados Unidos, e que o povo das Comores desejem ser recolonizados pela França.

O apoio ao direito de autodeterminação já não é tão entusiasta como antes e traz consigo preocupação diante dos processos de fragmentação de Estados-nação como a URSS e a Iugoslávia. As grandes potências ocidentais, que tinham a responsabilidade de criar uma nova ordem internacional depois de vencerem a

guerra fria, pouco fizeram para preservar a unidade da Iugoslávia ou a nova versão de unidade económica territorial para a URSS, proposta por Gorbachev. Esta inércia em face da desintegração de Estados tão estratégicos pode custar muito caro no futuro, se fracassar o projeto capitalista democrático na Rússia, se estourar novamente a luta nos Bálcãs ou se desintegrarem os novos Quase-Estados surgidos das ex-repúblicas soviéticas da Ásia Central e do Cáucaso. Com a fragmentação da URSS e da Iugoslávia, mais uma vez foram reconhecidos como novos Estados diversos países caucásicos, centro-asiáticos e balcânicos sem nenhuma experiência de autogoverno, impregnados de nacionalismo tribal e sem grande capacidade para sobreviver como Estados no século XXI.

Na maioria dos Estados industrializados, a identidade nacional precedeu à cristalização da autoridade estatal. Isto é, a Nação, refletida numa cultura comum e sobretudo na emergência de uma burguesia e de um mercado nacional, existiu antes e construiu o Estado capitalista moderno. Por sua vez, na maioria dos Quase-Estados-nação da América Latina, da Ásia e da África, a despeito de suas diferenças histórico-culturais, esta sequência se inverteu. A autoridade política, isto é, o Estado, emergiu antes da Nação, antes da identidade nacional cultural e do desenvolvimento de uma verdadeira burguesia e de um mercado nacional unificador. Daí que, em muitos desses países, as elites políticas, a burocracia estatal e os militares ainda estão tentando alcançar um projeto nacional, valendo-se de símbolos e procurando mitos que possam sustentá-los.

Ao longo de todo o século XX, as elites dos países subdesenvolvidos quiseram reproduzir o Estado-nação moderno europeu ou norte-americano e também, em alguns casos, tentaram imitar o modelo soviético. Quase todas estas tentativas resultaram em fracassos estrondosos. Não se deixar imitar parece ter sido uma ironia do imperialismo. As elites dos países subdesenvolvidos foram atrás do mito do desenvolvimento nacional, mediante uma variedade de projetos nacionais. Esse mito assumiu a forma de intervenção do Estado ou de revolução socialista e, agora, assume a forma de revolução capitalista neoliberal. Em todos os casos, os dirigentes cobraram enorme sacrifício social sem conseguirem eliminar a pobreza nem estabelecer uma autêntica sociedade civil, nordeada pela lei e por instituições democráticas. A versão socialista foi paga com falta de liberdade e escassez, enquanto hoje a variante capitalista neoliberal é paga com desemprego e exclusão social. O surgimento de um Estado-nação coeso, como resultado de um mercado nacional, alto nível de vida e liberdade individual, é uma meta cada vez mais longínqua para a grande maioria dos países ditos "em desenvolvimento". Nas suas atuais condições sociopolíticas e culturais, dificilmente esses países conseguirão repetir as experiências de ex-colônias britânicas como os Estados Unidos, o Canadá, a Austrália ou a Nova Zelândia, únicas ex-colônias onde a maioria da população alcançou um alto nível de vida com liberdade.

Uma das características mais nítidas dos Quase-Estados-nação da América Latina, da Ásia e da África é a falta de ligação entre o mundo oficial e o imenso oceano constituído por uma população urbana que se organiza à sua maneira, que pratica a informalidade, mantém outra economia, não aparece nas contas nacionais e ultrapassa o Estado com suas exigências e sua organização espontânea. Muitas vezes, esta população, mormente desempregada ou subempregada, marginalizada do consumo nacional e global, com raízes rurais recentes, urbanizada e sem verdadeira consciência de nação, procura afirmar a sua identidade não como uma classe social, o que ela não é, mas em afinidades étnicas ou regionais, em mitos ancestrais ou em interpretações mágicoreligiosas e ideológicas radicais, que podem acabar convertidas em culturas de violento rechaço à modernidade, como no caso dos fundamentalistas islâmicos, dos Khmer Vermelhos, dos Tigres Tâmeis ou do Sendero Luminoso e de outros movimentos radicais, surgidos nos países onde o Estado não está baseado numa Nação integrada.

O aparecimento de Quase-Estados-nação também apresenta um fato inédito para a teoria das relações internacionais. Com efeito, desde que surgiu o Estado moderno têm existido países poderosos e fracos, grandes e pequenos. Na fria realidade da estrutura do poder internacional, apesar da pregação jurídica da igualdade, sempre existiram Estados desiguais. No entanto, no século XIX, Estados pequenos e fracos como a Bélgica, a Suíça, a Holanda, a Dinamarca ou o Japão conseguiram desenvolver-se pelo esforço próprio e com alguma ajuda de um ocasional aliado. Já no século XX, os Quase Estados-nação estão há anos estagnados no subdesenvolvimento e sobrevivem em parte graças à ajuda internacional, ou seja, são inviáveis com seus próprios recursos.

Como tomar viáveis Quase-Estados-nação cujas populações urbanas crescem explosivamente e cujas exportações de produtos primários e pouco transformados têm preços baixos e pouca demanda internacional? São países nos quais campeiam a corrupção e a ingovernabilidade, onde a prática democrática cotidiana é rudimentar. Como reproduzir uma economia de mercado e uma sociedade de consumo em países latino-americanos, asiáticos e africanos, que têm mais de 40% da sua população pobreza, vivendo com menos de dois

dólares diários? Como incorporar ao consumo global quase cinco bilhões de pessoas com baixo nível de renda sem danificar seriamente a biosfera? Como fechar a enorme brecha entre países ricos e pobres, sem afetar gravemente a ecologia do planeta?

O mito do fechamento da brecha entre países ditos em desenvolvimento e países industrializados resultou num desastre estrepitoso. Três décadas de ação das Nações Unidas em prol do desenvolvimento deram como resultado uma espécie de apartheid socioeconômico mundial. Um planeta em cujo hemisfério norte existe um pequeno arquipélago de Estados-nação ricos, rodeado pela maioria da humanidade, a população de mais de 130 Quase-Estados-nação, tecnologicamente atrasados e pobres, nos quais o governo quase não controla a vida econômica e o Estado está ausente em regiões inteiras, onde a população urbana explode e a maioria vive do setor informal, onde a vida é muito difícil e conturbada e a emigração é a única alternativa para os jovens.

Esses Quase-Estados-nação que não podem se desenvolver não possuem os atributos essenciais de um Estado-nação moderno. Eles não têm economias de mercado com dimensão nacional, em razão da quantidade de habitantes na pobreza ou com baixa renda. Além disso, eles não controlam grande parte de suas atividades econômicas, que está na informalidade, e o que permanece no setor formal é controlado pelo FMI e pelo Banco Mundial. Muitos deles nem sequer controlam todo o seu território, porque existem grupos insurgentes, bandoleirismo e narcotráfico. Por fim, a própria vida política em muitos Quase-Estados também é fiscalizada do exterior, com a supervisão de suas obrigações no que tange aos direitos humanos e de seus duvidosos processos eleitorais.

No campo internacional, os Quase-Estados-nação não contam com poder de negociação nem têm influência positiva alguma; muitas vezes eles são, na verdade, um problema para a comunidade internacional. Aparecem na imprensa mundial como territórios com governos eleitos mas não democráticos, desprovidos de instituições, onde ocorrem atos de barbárie, violações de direitos humanos, confrontos armados, narcoterrorismo ou golpes de Estado. A política exterior desses países, quando ela de fato existe, consiste em pedir ajuda e isenção de suas obrigações internacionais, aceitar programas de ajuste e reestruturar periodicamente sua dívida externa.

A grande maioria dos Quase-Estados-nação exerce como que uma soberania negativa, isto é, eles não têm poder supremo para garantir o bem-estar e a segurança da sua população. Todavia, em alguns casos esses países fazem alarde público de soberania, apelando para o direito de não-intervenção nos assuntos internos quando a comunidade internacional cobra o cumprimento de suas obrigações internacionais quanto a direitos humanos. Mas, mesmo neste último âmbito de sua soberania negativa, esses Quase-Estados foram suplantados pela fiscalização internacional dos direitos humanos e por ações militares coletivas de ingerência humanitária.

Ao terminar o século XX, uma praga sociopolítica ameaça a comunidade internacional: a da inviabilidade econômica de muitos desses Quase-Estados-nação, que ainda não se consolidaram, não chegaram a concretizar-se como verdadeiros Leviatãs. Na América Latina, na Ásia e especialmente na África abundam os projetos de Estados-nação frustrados, impedidos pela profunda pobreza de construir uma economia de mercado nacional, enquanto a falta de investimentos transnacionais e de empresas manufatureiras e de serviços intensivos em tecnologia impede-os de ser competitivos no mercado mundial.

Soberanias perfuradas

Todos os Estados-nação têm sido em geral filhos da revolução e da guerra. Por isso sua segurança teve, sobretudo, um significado militar. A guerra fez do Estado-nação o supremo protagonista das relações internacionais. O Leviatã era a única entidade que podia mudar uma situação internacional de pacífica para bélica, com todas as consequências que uma decisão dessa natureza tinha na vida de seus cidadãos e de seus inimigos. Seu apogeu neste papel de dono de vidas ocorreu nas duas guerras mundiais do século XX.

Porém, é a partir da guerra fria que o papel de supremo ator do Estado-nação começa a declinar, porque o equilíbrio nuclear impediu, pela primeira vez, que os Leviatãs mais poderosos travassem guerra para defender seus interesses nacionais e ideológicos.

A política de equilíbrio do terror ou MAD (mutually assured destruction: "destruição mutuamente garantida") impediu o Armagedon, gerando uma estabilidade estratégica de mais de 45 anos, que permitiu a expansão global do capitalismo e o ingresso no palco internacional de novos atores não-estatais, as empresas transnacionais. Durante a guerra fria, o número dessas empresas cresceu notavelmente, de sete mil no início de 1960 para 37 mil em fins de 1989,

produzindo uma segunda revolução científica e tecnológica de importância equivalente ou superior à da primeira revolução industrial do século XIX. As empresas transnacionais não só integraram os espaços económicos dos Estados Unidos, da Europa e do Japão, mas também os ligaram com todo o mundo, inclusive com a economia de seus rivais do bloco soviético. O confronto ideológico e a corrida armamentista durante a guerra fria não impediram as empresas transnacionais de fazerem bons negócios com o bloco soviético. As transnacionais contornaram muitas proibições para fazer investimentos e vender tecnologia aos países comunistas. Filiais de bancos e empresas ocidentais foram abertas nas capitais desses países, e os investimentos em joint ventures com os países do bloco soviético somaram bilhões de dólares. A maior demonstração do pragmatismo nas relações das transnacionais com o bloco soviético foi a construção do gasoduto entre a Sibéria e a Europa. Simplesmente, o Pacto de Varsóvia fornecendo gás para a Otan.

Encerrada a guerra fria, esta dinâmica da empresa trans nacional continuou a perfurar as soberanias dos Estados-nação. Hoje, a maior parte dos bens, serviços, transações financeiras, entretenimentos e publicações são produzidos por empresas transnacionais. Num mundo moderno que se globaliza pela ação dessas poderosas empresas, os Estados-nação foram perdendo controle soberano sobre decisões económicas e culturais. A globalização está erodindo acima de tudo o capitalismo e a democracia nacionais, que são fundamentos do Estado-nação moderno.

Com a chegada do século XXI, o que ameaça o poder soberano dos Leviatãs não é a invasão de exércitos estrangeiros, mas a globalidade da economia, ao permitir que decisões tomadas fora do território nacional determinem o comportamento das taxas de juros, o déficit fiscal, o valor da moeda, o preço dos produtos primários, o desemprego ou o deslocamento de indústrias e a deturpação dos costumes nacionais. Quase não existem mais as atividades consideradas estratégicas, pois todas podem ser compradas por empresas sediadas no estrangeiro e até em Estados que tradicionalmente eram considerados adversários. Hoje, mesmo a indústria de armamentos da única superpotência, os EUA, está globalizada; diversos sistemas de armas desse país dependem de peças e tecnologias produzidas por empresas não domiciliadas em seu território.

Hoje é muito comum ver Estados, inclusive os mais ricos e poderosos, tentando coordenar as suas políticas nacionais para resolverem problemas como o desemprego ou o valor de suas moedas. Este é o caso das Cúpulas do Grupo dos 7 países mais industrializados. Há mais de vinte anos, os chefes de governo dos Estados Unidos, da Alemanha, do Japão, da França, da Grã-Bretanha, da Itália e do Canadá reúnem-se para tentar manipular a economia mundial e achar soluções para problemas globais, sem resultados efetivos. Estas Cúpulas têm sido vistas como verdadeiros shows diplomáticos que não têm repercussão, porque suas deliberações económicas são desvirtuadas por financistas globais. Nem mesmo os países mais poderosos têm reservas suficientes para fazer frente aos especuladores globais.

A globalização do mercado financeiro é um dos fenómenos transnacionais que atravessaram com maior força a soberania do Estado-nação, fazendo com que este perdesse o controle da sua própria moeda e de suas políticas fiscais. Hoje, o sistema financeiro internacional assemelha-se a um grande cassino. Especula-se todos os dias com bilhões em divisas dos cinco Estados mais ricos do mundo, sem que isto possa ser controlado. Uma mudança no valor de uma moeda com relação a outra pode gerar falências, lucros, elevar custos, produzir desemprego, impulsionar importações. As apostas são feitas eletronicamente por meio da informática e das telecomunicações, à velocidade da luz, por brokers transnacionais, em Nova York, Londres, Tóquio, Frankfurt, Paris, Cingapura, sem intervenção dos Ministérios da Economia e dos Bancos Centrais dos Leviatãs .

O desenvolvimento das telecomunicações e da informação veiculada por uma TV global pôs em contato as mais diversas nacionalidades e culturas. Disseminou-se pelo planeta inteiro a imagem de um estilo de vida ocidental de alto consumo, conforto material e permanente entretenimento (música, filmes, vídeos). Entretanto, esta disseminação cultural não tem sido acompanhada com a mesma intensidade pela difusão global dos valores democráticos e do respeito aos direitos humanos, que são a própria substância da civilização ocidental. Está sendo criada nas novas gerações uma certa homogeneidade cultural, que é atraente porque promove a gratificação instantânea de todas as necessidades materiais, do sexo até a moda, mas que não necessariamente cria uma nova ética planetária, uma vez que não desenvolve a solidariedade humana nem fomenta padrões de consumo ecológicos. Resumindo: hoje o conforto capitalista pode conviver com a barbárie.

Nenhum Estado-nação consegue isolar-se das imagens sedutoras transnacionais, que fazem prevalecer a gratificação individual instantânea em vez da igualdade e solidariedade. A versão individualista e mais radical do capitalismo se apresenta

como o único paradigma para a busca da felicidade, em todos os países. Aceita-se e deseja-se esse capitalismo, apesar dos riscos de exclusão social, na esperança de participar algum dia do festim da vida material. Acontece que, na verdade, a sociedade de consumo não se estende globalmente para incluir os 47 milhões de pessoas que procuram emprego todos os anos, nem incluirá o bilhão de habitantes dos países pobres que vão procurar emprego nas primeiras décadas deste século. Por isso não surpreende que surjam movimentos fundamentalistas e violentos, pois estes refletem a frustração dos que não atingiram os níveis de consumo supostamente acessíveis a todos.

Contudo, apesar dessas tendências, a globalização dos meios de comunicação desempenha um papel positivo na unificação da humanidade porque não se limita a difundir as imagens de um estilo materialista de vida ocidental, mas também denuncia violações coletivas de direitos humanos, abusos e injustiças no mundo. Isto está alimentando um sentimento comum de aproximação aos problemas e sofrimentos humanos. Homens e mulheres começam a pensar que são parte da humanidade e não apenas nacionais de um país. Esta nova consciência global também não pode ser controlada por Estado algum, por mais poderoso que seja. Hoje em dia, quase todos os Estados-nação têm a sua soberania penetrada pela revolução global das telecomunicações. O tratamento que os governos dão a seus cidadãos está sendo observado por todo o mundo.

O processo de transnacionalização ou globalização da economia também veio acompanhado de uma revolução científica e tecnológica sem precedentes, que está criando incríveis oportunidades de prosperidade, mas também impasses colossais para os Quase-Estados-nação subdesenvolvidos. Com efeito, a indústria precisa de cada vez menos matéria-prima e energia por unidade produzida, graças à invenção de novos materiais substitutos artificiais e à racionalização informática .

Muitas empresas transnacionais têm capacidade para produzir os produtos agrícolas tradicionalmente exportados pelos países subdesenvolvidos. Elas também estão criando novos materiais artificiais que substituem os metais. Esta nova tendência tecnológica certamente vai afetar a viabilidade das economias de países "em desenvolvimento" até fazer deles produtores quase obsoletos.

A revolução tecnológica transnacional também não será capaz de absorver os milhões de pessoas que entram anualmente no mercado de trabalho dos Quase-Estados-nação. A concorrência entre empresas transnacionais obriga-as a modernizarem suas plantas, automatizando-as; a reestruturarem os métodos de produção; e a empregarem pessoal altamente qualificado, criando empregos em quantidade muito aquém da oferta de trabalho dos países subdesenvolvidos. Nos Quase Estados-nação, o desemprego assumirá dimensões imprevisíveis neste século, porque a revolução tecnológica coincide com a explosão demográfica de suas cidades.

Os graves desequilíbrios ecológicos também ameaçam a soberania do Estado-nação. Poluição, perda da biodiversidade, esgotamento de recursos e aquecimento do clima não respeitam fronteiras nacionais. Todos esses desequilíbrios ocorrem porque as políticas económicas vigentes, especialmente nos Estados-nação mais ricos, não descontam do PIB, ao calcularem a "riqueza das nações", as irreversíveis perdas ecológicas. Permite-se assim a exploração dos recursos até seu esgotamento, e, sobretudo, se promovem globalmente padrões de consumo incompatíveis com a ecologia e muito difíceis de mudar sem correr o risco de grandes turbulências sociais, uma vez que os cidadãos com elevada renda não abrirão mão de seu alto nível de vida, nem os pobres desistirão do sonho de viver como eles.

A humanidade está diante de um grande impasse, que só poderá ser paulatinamente superado com o ocaso do Estado-nação, conforme for surgindo um sistema supranacional ecológico, do qual participem Estados, empresas transnacionais e representantes da sociedade civil. Um sistema que fixaria regras e daria recursos tecnológicos e financeiros para atividades económicas sustentáveis e para administrar grandes áreas do planeta como Património Comum da Humanidade, evitando assim que a biosfera sofra danos irreversíveis¹¹. Os atuais regimes para os Fundos Marinhos e para os recursos da Antártida são um embrião desse novo sistema. Se este embrião de sistema supranacional passar a abranger outros espaços como Patrimónios da Humanidade no século XXI, mesmo os Estados-nação mais poderosos irão se transformando em entidades administradoras de normas supranacionais que serão aplicadas em seus próprios territórios. O Estado-nação do século XXI será, portanto, muito diferente do poderoso Leviatã que causou duas guerras mundiais no século XX.

Potências sem poder

Hoje nos defrontamos com uma espécie de lei histórica dos Rendimentos

Decrescentes do Poder Nacional. A maioria dos Estados que conquistaram sua independência no século XIX foi perdendo seu escasso poder nacional e os que o fizeram no século XX nasceram quase sem viabilidade nacional. No primeiro caso estão os países latino-americanos, que foram perdendo o pouco poder que tinham; e no segundo estão a grande maioria dos países da África e alguns da Ásia. Exceções parciais a esta lei são a autoritária China, o anárquico Paquistão e a quase democrática Índia, que adquiriram no século XX um poder nuclear do qual não se beneficiam porque sua própria coesão nacional está ameaçada por problemas étnicos, enorme pobreza, crescente desemprego e devastação ecológica.

Há mais de um século que o poder no mundo não é compartilhado. Ao longo dos últimos cem anos de história, os Estados mais poderosos têm sido praticamente os mesmos. Grã-Bretanha, Alemanha, Japão, França, Itália, Rússia e Estados Unidos já eram poderosos no século XIX. Nenhum dos grandes países da América Latina, o Brasil, o México e a Argentina, apesar de serem fundadores da comunidade de Estados republicanos modernos no século XIX, chegou a entrar, no século XX, para o clube das grandes potências. Já se disse que a América Latina perdeu uma década de desenvolvimento com a crise da dívida, mas na verdade perdeu 15 décadas, porque ainda faz parte da periferia do poder mundial. Todos os países da África e grande parte dos da Ásia e da América Latina estão ficando para trás na maratona da história. Além de não conseguirem se desenvolver nem participar do poder mundial, muitos deles vão perdendo viabilidade nacional face aos enormes desafios que lhes colocam a economia global e a revolução tecnológica no século XXI.

O aspecto novo é que não só a maioria dos Estados subdesenvolvidos perde poder nacional, mas nem mesmo as grandes potências ocidentais, que durante os últimos cem anos continuaram a compor uma oligarquia poderosa, têm poder suficiente para organizar o mundo. Hoje não existe uma comunidade de grandes potências capaz de criar uma nova ordem mundial como se fez em Viena em 1815 e em Yalta em 1945. Hoje, ninguém pode pôr ordem no mundo.

Os Estados Unidos são a única superpotência global militar, porque têm a capacidade de colocar seus efetivos militares em qualquer lugar do mundo, embora, paradoxalmente, não tenham capacidade suficiente para ocupar territórios e sofrer baixas consideráveis. Por isso lançam mão sempre de uma política de air strike (ataque aéreo) que impede o estabelecimento de um *mapax* americana. Já se disse que os EUA são uma superpotência sem espada. Em grande parte isto é verdade¹². Hoje, o Estado norte-americano reluta muito em intervir militarmente com tropas, depois da traumática experiência do Vietnã. Os EUA têm objetivos militares estratégicos limitados. A nova doutrina do Pentágono é a de adequar a capacidade militar dos EUA para a luta em apenas dois conflitos regionais simultâneos, em qualquer lugar do mundo, e só quando seus interesses nacionais vitais estiverem ameaçados¹³.

Os arsenais nucleares que possuem os Estados Unidos, a Grã-Bretanha, a França e a China perderam seu valor estratégico, uma vez que os conflitos sociopolíticos que surgem em diversas regiões não são resolvidos com dissuasão nuclear. A situação internacional é complexa, porque saímos de uma época de estabilidade estratégica ancorada na guerra fria para entrarmos num processo instável de desordem mundial. A bipolaridade que durante 45 anos contaminou os conflitos do assim chamado Terceiro Mundo serviu, ao mesmo tempo, para controlá-los. A rivalidade americano-soviética foi um fator regulador de violências étnicas e rivalidades históricas. Os conflitos locais eram selecionados, limitados, controlados, mantidos em "baixa intensidade". A guerra fria foi uma espécie de violência controlada pelas superpotências para evitarem um confronto direto.

Com o fim da guerra fria, rompeu-se o represamento estratégico criado pela bipolaridade para conter a violência no mundo. Veio então uma enxurrada de desintegração política, insurreições, guerras civis, conflitos étnicos e religiosos, maciças violações de direitos humanos, genocídio, ondas de refugiados e expatriados. Os conflitos, as rivalidades e as contas históricas não acertadas ficaram fora de controle e ganharam dinâmica própria, nutridos por mitos, ideologias de bolso, nacionalismos tribais e messianismos fundamentalistas. Explodiram os Balcãs e o Cáucaso. Fome, violência e genocídio grassaram na Libéria, na Somália, no Sudão, em Angola, Moçambique, Ruanda, Burundi e no Zaire. Surgiu a guerra civil no Afeganistão e em Sri Lanka; cresceu a guerrilha na Colômbia e houve terror no Peru; vimos surgir o fundamentalismo no Egito, na Argélia, no Paquistão e na Índia, e duas insurgências no México, uma violenta e outra político-intelectual.

A proliferação da violência nos países pobres obrigou a ONU, que fora concebida para lidar com conflitos internacionais entre Estados, a envolver-se em difíceis conflitos internos e em guerras civis e a aumentar suas operações de manutenção da paz. Foram mobilizados cerca de sessenta mil capacetes azuis, a um custo aproximado de quatro bilhões de dólares por ano, para conter essa torrente de

violência. Atualmente, a ONU está aviltada, quase impotente para conter atos destrutivos em nações que afundam em cruéis lutas intestinas.

Quando terminou a guerra fria, os políticos, diplomatas, economistas e especialistas em relações internacionais não imaginavam que a situação mundial pudesse evoluir para uma espécie de moderna barbárie. Pelo contrário, acharam que, depois do colapso do comunismo e do sucesso da segurança coletiva na Guerra do Golfo, estávamos no limiar de uma nova ordem mundial caracterizada pela democracia capitalista e pela prosperidade. Foi nesse contexto que o Secretário-Geral das Nações Unidas, Boutros Ghali, teve a cândida convicção de que poderia vir a ser uma espécie de gerente-geral da Nova Ordem Mundial, por ser o primeiro secretário-geral que não teria de lidar com a paralisia da ONU resultante das rivalidades da guerra fria. Convencido da sua nova missão, ele concentrou as funções das Nações Unidas em operações de manutenção da paz, supondo que as grandes potências o apoiariam usando o Conselho de Segurança para pôr ordem no mundo.

Entretanto, ficou evidenciada a mediocridade do compromisso das grandes potências nessas operações. Elas apenas criaram um falso e precário clima de segurança para permitir o envio de ajuda humanitária para as vítimas da guerra civil, sem garantir a segurança física nem punir os agressores e prender os acusados de crimes contra a humanidade. O Conselho de Segurança montou estranhas operações híbridas combinando assistência humanitária com operações de manutenção da paz, que se mostraram ineficazes porque não puniam os agressores nem salvavam suas vítimas. As chamadas "forças de manutenção da paz" foram paradoxalmente incapazes de impor a paz, dissuadir e castigar os responsáveis pelos crimes contra populações civis. Como exemplos mais gritantes desse fiasco aí estão a Iugoslávia, a Somália, Ruanda e o Congo (antigo Zaire).

Devido a este descompasso entre as pretensões de Boutros Ghali e a relutância das grandes potências em usarem suas forças para pôr ordem no mundo, o Secretário-geral não conseguiu a reeleição, que foi vetada pelos Estados Unidos. O alto funcionário parece não ter percebido o paradoxo de que as grandes potências têm enormes dificuldades em intervir militarmente e pôr ordem no mundo, não por falta de ambição política, mas em virtude de uma questão de civilização. As sociedades de consumo desses países, embasadas no princípio da gratificação instantânea, não aceitam fazer sacrifícios para consertar rixas em regiões pobres e longínquas. Os políticos das grandes potências dificilmente conseguem vender a seus concidadãos a ideia de que é preciso participar nas "guerras justas" das Nações Unidas. O eleitorado deles não admite sacrificar a vida de seus filhos e pagar mais impostos para estabelecer uma nova ordem mundial. Nenhuma sociedade de consumo quer assumir os custos humanos e econômicos do peace-making. A simples ideia de ver seus soldados voltarem dentro de sacos plásticos apavora os governos, cientes do castigo que poderiam receber mais tarde, nas umas. Em razão desta percepção, os governos das grandes potências adotaram como regra a da intervenção militar com "zero baixas", e conseqüentemente agem com muita prudência antes de envolver-se nas pacificações empreendidas pela ONU. A prática política passou a ser a de preservar o eleitorado nacional abandonando a ordem mundial.

Hoje as grandes potências não funcionam e, conseqüentemente, também não funcionam as operações de paz das Nações Unidas. A resposta das grandes potências em face da desordem mundial é sempre uma combinação de extrema prudência e cinismo, que disfarça a sua falta de poder. Esta é a causa principal da disfunção da organização mundial, uma causa que não é reconhecida ou não se quer reconhecer, pois a ONU é criticada como se ela fosse em si uma grande potência mundial e não o reflexo das políticas de potências sem espada, como Estados Unidos, Rússia, França, Grã-Bretanha, China, Japão e Alemanha.

Só pode ser chamado de "grande potência" o Estado-nação que exerce uma política de poder. Isto é, que está disposto a empregar a força e sofrer baixas, que não se deixa humilhar e inspira respeito. Perder mil ou mais homens na política imperialista, em guerras coloniais ou expedições punitivas era rotina quando as grandes potências funcionavam como tais, expandindo-se na Ásia, na África, na América Central e no Caribe. Na Somália, a morte de alguns marines precipitou a evacuação das forças norte-americanas. Para os Estados Unidos, o problema da desintegração da Iugoslávia era um problema europeu. Por sua vez, a França e a Grã-Bretanha recusaram-se a engajar suas forças em combate na Bósnia e submeteram-se às chantagens e humilhações das forças locais. A Otan só interveio na Bósnia no final, quando os crimes contra a humanidade já haviam sido cometidos. Depois, quando estourou a crise de Kosovo, montou uma operação "zero baixas" com ataques aéreos contra os abusos do governo sérvio, castigando a população civil de Belgrado, e obteve o protetorado de Kosovo, mas não resolveu o problema.

Os Estados Unidos e a Europa mantiveram prudente distância do genocídio

africano em Serra Leoa, Libéria, Ruanda, Burundi e Congo. Poder-se-ia argumentar que nenhuma dessas grandes potências tem interesses na África, mas justamente o fato de não terem interesse em preencher o vazio numa região, valendo-se da oportunidade da proteção dos direitos humanos, é prova evidente de que elas perderam os instintos e o comportamento próprios de grandes potências.

Esta perda de belicosidade nas sociedades desenvolvidas não é um fenômeno histórico negativo, embora suas origens possam ser consideradas egoístas, como a gratificação instantânea. O amor pelo desfrute da vida é, certamente, uma vacina contra o fanatismo e fomenta o espírito crítico com relação às causas patrióticas nobres que provocaram a carnificina de milhões de jovens europeus, americanos, russos e japoneses nas guerras mundiais do século XX. A juventude das sociedades prósperas se deixa seduzir cada vez menos por regações belicosas, e isso é bom. Porém, a sua imersão excessiva numa sociedade de gratificação instantânea, indiferente ao infortúnio dos "novos bárbaros" do Sul, está criando uma crise moral nas grandes potências. Essa crise é evidenciada cada vez mais por um vazio espiritual, por um sentimento de falta de compromisso com a humanidade, pelo desvio da energia da juventude para o ganho fácil, a violência e a droga.

O fato é que, à diferença de 1814 e 1945 - quando as grandes potências construíram novas ordens mundiais com o Congresso de Viena e o acordo de Yalta -, hoje, o que ressalta é a impotência dos Estados-nação mais poderosos. No pós-guerra fria, eles não agem como grandes potências que visam fundar outra nova ordem mundial. Suas armas nucleares não servem como fator de dissuasão contra os infernos domésticos que causam genocídios e torrentes de refugiados. O uso de suas forças militares convencionais está muito limitado pelas intervenções com "zero baixas". Seu poder militar fica condicionado pela gratificação material. Se essas potências têm sociedades prósperas, como no caso dos Estados Unidos, Grã-Bretanha, França, Japão ou Alemanha, a gratificação material que elas oferecem dissuade a intervenção militar. Quando, pelo contrário, não existe uma sociedade próspera que ofereça gratificação material, a grande potência desaba, como aconteceu com a URSS. Esta impotência, por excesso ou insuficiência de prosperidade, é um fenômeno internacional novo e jamais experimentado desde o surgimento das políticas imperialistas, há cerca de duzentos anos. O ocaso das políticas de poder é, portanto, a manifestação mais evidente do ocaso do Estado-nação.

De Leviatã a Vigário

Com o ocaso do Estado-nação, o mito do desenvolvimento começa a ser procurado fora de seu território. Com efeito, esse objetivo, que era buscado com o fortalecimento do papel do Estado mediante o protecionismo econômico, cultural e até ideológico, agora é perseguido por meio da inserção competitiva da economia nacional na economia global.

A partir do fim da guerra fria todos os Estados-nação, ricos e pobres, mudaram suas políticas econômicas, liberalizaram, desregulamentaram e privatizaram em diferentes graus suas economias para criar condições para o capital financeiro e as empresas transnacionais operarem no mundo inteiro com o máximo de vantagens possível. As grandes potências econômicas fizeram a liberalização, algumas com certa seletividade, mas de modo geral seus governos pressionaram todas as outras economias nacionais a liberalizarem de forma bem mais profunda. Os países subdesenvolvidos, endividados e sedentos de capital e tecnologia, fizeram isso e hoje a grande maioria deles tem economias mais liberais que os próprios países ricos. Assim, promovendo a liberalização das economias nacionais em proveito dos interesses financeiros e econômicos transnacionais, o antes poderoso e soberano Leviatã se autodegradou, transformando-se em um vigário do capitalismo global.

Este vicariato está fazendo com que muitas regiões e cidades dos países ricos comecem a internacionalizar suas atividades passando por cima do Estado-nação, ficando cada vez mais autônomas mediante ligações transnacionais. Ao mesmo tempo, isso está criando fronteiras econômicas e financeiras que nem sempre coincidem com as fronteiras territoriais e que fogem ao controle dos Estados.

Nas economias ricas grassa uma espécie de tribalismo regional econômico com vocação global: escoceses, catalães, bascos, lombardos, valões, alsacianos, bávaros, quebequenses ou californianos estão cada vez mais fortes em suas exigências de autonomia para inserir suas regiões na globalização transnacional. Na Europa, está ressuscitando a Cidade-Estado com vocação transnacional. Cidades como Lyon, Milão, Stuttgart e Barcelona conseguiram, mediante um pacto de cooperação, fugir ao excessivo controle de Paris, Roma, Berlim e Madri. No Bcnelux (Bélgica, Holanda e Luxemburgo), Amberes e Roterdã estão se tornando centros econômicos autônomos dos mais dinâmicos da Europa. Liège,

Maastricht e Aachen reviveram a sua comunidade medieval, formando um triângulo transnacional de prosperidade que atravessa as ronteiros holandesa, belga e alemã. As cidades nórdicas e bálticas estão ressuscitando a Liga Hanseática. Também estão surgindo High-Tech Cities, que oferecem facilidades a indústrias e serviços transnacionais de alta tecnologia de áreas como informática, telecomunicações e biotecnologia. Nos Estados Unidos, Oakland, Omaha e Tulsa viraram High-Tech Cities. Na Espanha, Barcelona; na França, a Cote d'Azur; na Irlanda, Dublin. Tudo parece indicar que a Cidade-Estado transnacional será um importante agente de atividade econômica global no século XXI. É possível que esta tendência se alastre pelo mundo, levando em consideração que muitas cidades terão entre dez e vinte milhões de habitantes.

Essa tendência parece ter sido percebida pelos dirigentes pós-maoístas da China, que, apesar de seu pendor totalitário, também se tornaram vigários do transnacionalismo, criando uma série de Cidades-estado e zonas econômicas autônomas no litoral, cidades estas que se uniram à economia global e ficaram quase desligadas da pobreza da China profunda. A província de Guangdong - com Hong-Kong como capital, juntamente com Shenzhen, Zhuhai, Amoy e Guangzhou - forma um grupo de enclaves com considerável autonomia e mais ligado à economia transnacional do que a Pequim, algo que nunca teria sonhado um engenheiro brilhante como Mão. Também surgiram Bangalore na Índia e Campina Grande no Brasil, cidades especializadas em alta tecnologia e informática e com projeção transnacional. Mas é preciso notar que estas cidades do mundo subdesenvolvido, inclusive as da China, diferem das cidades e regiões high-tech dos países ricos por não terem a mesma dinâmica inovadora, nem a capacidade de irradiação de altos níveis de renda no âmbito nacional, devido aos abismos sociais que existem na Índia, na China e no Brasil.

Nos Estados-nação desenvolvidos, aos poucos as cidades estão conseguindo, graças às atividades transnacionais, um papel como agentes globais prósperos, fazendo surgir uma microdiplomacia econômica cidadina que perfura ainda mais a soberania do poder central. Este novo fenômeno representa uma espécie de desintegração positiva, ou próspera, do poder do Estado-nação. Já na maioria dos Quase-Estados-nação subdesenvolvidos, nos quais a autonomia política das cidades é insuficiente e não chega a existir uma massa crítica de investimento e tecnologia transnacionais, o que está acontecendo é, na verdade, uma desintegração negativa, ou seja, uma desintegração sem superação da pobreza.

O que vier a acontecer nas inchadas cidades pobres do mundo determinará cada vez mais a sorte dos Quase-Estados-nação subdesenvolvidos. Entre 1950 e 1995 o número de cidades com mais de um milhão de habitantes sextuplicou-se nesses países. As Nações Unidas estimam que as cidades pobres continuarão a crescer explosivamente e que mais de cinco bilhões de pessoas, ou quase 70% da humanidade, viverão em cidades pobres em 2025¹⁶. Em face desta perspectiva há quem pense que, para não ficarem marginalizados, os Quase-Estados-nação subdesenvolvidos, com extensos territórios, explosão demográfica, socialmente desintegrados e com problemas de viabilidade econômica, deveriam, para serem autênticos vigários transnacionais, optar por subdividir-se em unidades territoriais pequenas e eficientes em volta de uma grande cidade e ligadas de maneira autônoma à economia global. Estas novas subunidades territoriais teriam não mais de cinco milhões de habitantes. Isto é, seriam entidades territoriais suficientemente pequenas, governáveis, seguras, com cidadãos capacitados, boa infra-estrutura e incentivos de todo tipo para atrair empresas de alta tecnologia que queiram globalizar suas atividades¹⁷.

De acordo com este enfoque vigário-globalista, trata-se de resgatar da inviabilidade os Quase-Estados-nação grandes e centralizados, promovendo uma desintegração nacional positiva mediante a criação de microunidades econômicas territoriais (cidades com pequenas regiões) engastadas diretamente na economia global por via de empresas transnacionais. Formar-se-ia assim uma espécie de rede global de centenas de novas Hong-Kongues ou Cingapuras que fariam o mercado funcionar de maneira mais eficiente, gerando bem-estar, ao contrário do que ocorre hoje com a maioria dos países subdesenvolvidos, que o centralismo, a grande extensão territorial e as enormes populações tornam mastodônticos demais para funcionarem e serem prósperos num mundo globalizado, em constante mudança e altamente competitivo.

Ninguém sabe se esta visão teórica poderia ser politicamente realista num mundo subdesenvolvido onde abundam os receios centralistas, regionais e étnicos. Mas é fato que os Estados-nação mais ricos e modernos estão perdendo cada vez mais o controle de suas cidades e economias nacionais para as finanças globais e as empresas transnacionais que seu próprio capitalismo nacional gerou. No entanto, esses países admitem este vicariato pró-transnacional em troca de prosperidade, ao passo que a maioria dos Quase-Estados-nação subdesenvolvidos não recebe nenhuma massa crítica de investimento produtivo transnacional que modernize sua economia e lhe traga vantagens competitivas, para vencer na seleção natural a que o mercado e a tecnologia submetem os

países tecnologicamente atrasados. Sendo assim, a maioria dos Quase-Estados-nação entra perdendo no século XXI. Muitos deles estão virando economias verdadeiramente inviáveis, que sobrevivem graças à UTI da ajuda internacional e à reestruturação de uma dívida externa impagável.

O vicariato do Estado-nação em favor das finanças e das empresas transnacionais talvez crie prosperidade, mas certamente afetará a democracia baseada na territorialidade. Boa parte das decisões econômicas nacionais será determinada pelo capitalismo global; os cidadãos não poderão exercer o controle democrático da política econômica de seus países, porque muitas das decisões serão tomadas fora de suas fronteiras por pessoas anônimas não eleitas por eles. Hoje não está em discussão uma alternativa viável à economia de mercado, simplesmente porque essa alternativa não existe; o que cabe discutir é se vamos substituir cidadãos nacionais por consumidores globais. Ou, em outras palavras, se a democracia nacional deve desaparecer, absorvida por um capitalismo global que não pode ser controlado democraticamente porque não tem territorialidade.

Apesar desse risco, os Estados-nação ricos e pobres não estão procurando globalizar a governabilidade democrática para controlar as grandes finanças e atividades transnacionais; eles preferem acomodar-se cada vez mais no papel de vigários dessa aristocracia mundial emergente. Se o vicariato funciona, como no caso dos grandes países industrializados e de alguns NICs (Newly Industrialized Countries), a inovação é constante e é possível concorrer no mercado global, ainda que ao preço da perda do controle democrático da economia nacional. Se o vicariato não funciona, a despeito de tanta submissão e concessão, como é o caso da maioria dos Quase-Estados-nação subdesenvolvidos da América Latina, da Ásia e da África, a inviabilidade econômica tende a piorar e com isso aumenta a possibilidade de esses países implodirem, assolados pela criminalidade, pela violência e até pela desintegração nacional.